**Deforestation /Cerrado**

Posicionamento

1. **Qual a posição da Cargill no Brasil sobre as acusações da Mighty Earth?**

A Cargill está inabalável quanto ao seu compromisso de reduzir pela metade o desmatamento até 2020 e eliminá-lo até 2030, e temos orgulho da nossa história de combate ao desmatamento como uma demonstração do nosso propósito de ser a empresa líder em nutrir o mundo de forma segura, responsável e sustentável. Com o nosso tamanho, experiência e capacidade na cadeia de suprimentos, estamos empenhados em encontrar soluções práticas e escaláveis, reconhecendo que haverá escolhas difíceis e trade-offs ao longo do caminho. Reconhecemos que esta é uma jornada longa e complexa, mas estamos nos associando aos clientes, agricultores, governos e grupos da sociedade civil para enfrentar este desafio, que não é fácil de resolvermos e requer tempo e trabalho duro em campo, fazenda por fazenda e hectare por hectare, para termos um impacto duradouro e garantirmos a inclusão social das comunidades nas quais atuamos.

Avaliamos continuamente os produtores que fornecem soja para a Cargill nas áreas apontadas pelo relatório da ONG, a fim de garantir que estão alinhados com os nossos compromissos. Dessa forma, a Cargill contesta os dados apresentados referente à presença da empresa no Cerrado brasileiro e ao número total de desmatamentos na região.

Quando falamos na Bolívia, precisamos entender algumas características específicas do país. O governo boliviano elaborou um plano de desenvolvimento para 2025 chamado "Agenda Patriótica 2025", que define a expansão agrícola a fim de triplicar a produção. O plano baseia-se em 13 pilares que inclui, entre outros, a erradicação da pobreza extrema, a soberania produtiva, a soberania dos recursos naturais em equilíbrio com os limites da terra e a segurança alimentar. Hoje a Bolívia não possui produção suficiente para atender à sua demanda interna e tem de importar produtos básicos como milho e trigo. Como a segurança alimentar é uma prioridade nacional, os alimentos produzidos no país não podem ser exportados antes da oferta interna ser atendida. Devido a isso, as exportações ocorrem somente sob autorização do governo, que tem regulamentos muito rígidos para uso da terra e propriedade do país.

Este plano de desenvolvimento também incorpora leis restritivas para a utilização do solo, incluindo áreas de expansão claramente definidas onde a agricultura pode ser desenvolvida, assim como uma lei de proteção florestal (Lei Florestal No. 1700 de 12 de Julho de 1996; Lei Bolivariana nº 337, de 11 de janeiro de 2013), que gerencia o desmatamento para ir de encontro aos planos de desenvolvimento do país. Hoje, mais de 95% do território do país é coberto por florestas originais das quais 69% são protegidas por lei e 31% são designadas como áreas potenciais para a expansão da agricultura. Deste último, 72% ainda são florestas originais e 28% foram desmatadas para outros usos. Fonte: INESAD - Funded by Think Tank Iniciative and Danish International Development Agency (DANIDA)

A província de Santa Cruz é fundamental para o Produto Interno Bruto da Bolívia e representa 28% do PIB, 25% das exportações nacionais e 90% das exportações agrícolas do país. 75% dos produtores da região são pequenos ou médios agricultores e a maior parte da produção agrícola é baseada em pequenas populações indígenas ou por menonitas com propriedades de 30 a 50 hectares. Sendo que a maioria das propriedades rurais bolivianas possui áreas florestais e a maior parte da produção agrícola não acontece na Amazonia Boliviana, mas sim nos biomas Chiquitano e Chaco.

Para obter mais informações, visite [cargill.com/forests](https://www.cargill.com/sustainability/deforestation), os relatórios sobre o fim do desmatamento ([Relatório Cargill de 2017 sobre Florestas](https://www.cargill.com/doc/1432081204529/cargill-forests-report-2017.pdf)) e a proteção dos direitos humanos e trabalhistas. ([Declaração sobre Direitos Humanos](https://www.cargill.com/doc/1432080791419/cargill-statement-on-human-rights.pdf)).

1. **Quais as ações da Cargill para a preservação do Cerrado?**

Em 2015, um ano depois de assinar a Declaração de Nova York sobre as Florestas (NYDF), a Cargill lançou sua Política para Florestas, oficializando seu compromisso de proteger as áreas de maior biodiversidade do planeta e se comprometendo a reduzir o desmatamento em toda a sua cadeia de produção agrícola pela metade até 2020 e acabar totalmente com ele até 2030. A Política estabelece que a lei seja 100% cumprida em cada local em que a cadeia produtiva atua, que a agricultura familiar seja estimulada, que princípios ambientais sejam sempre adotados nos investimentos futuros da Companhia, que fornecedores que não atendam aos princípios da Política sejam suspensos, e que sejam adotados ações efetivas para proteger as florestas, supervisionados pelas áreas corporativas e pelo Comitê de Sustentabilidade da Cargill.

No Brasil, segundo maior produtor mundial de soja, a empresa trabalha com mais de 15 mil agricultores e, desde 2004, atua para reduzir o desmatamento no bioma amazônico. Uma das principais causas abraçadas neste período foi a transparência na coleta de dados sobre a originação do grão. Para isso, a Cargill avaliou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de mais de 12 mil produtores relacionados com a cadeia produtiva da soja e concluiu que mais de 60% já submeteram seus cadastros mesmo antes do prazo legal, porém a empresa trabalha para que esse número abranja todos os seus fornecedores. Para alcançar este objetivo, a Cargill realizou o treinamento de 300 funcionários a fim de avaliar e incentivar a implementação do CAR na cadeia; desenvolveu e distribuiu 20.000 folhetos para educar agricultores sobre o cadastro e assinou um convênio de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente em apoio à implementação do CAR.

A empresa advoga pela implementação do Programa Brasileiro de Código Florestal por meio do CAR, que deve entrar em vigor em dezembro de 2017, além de participar da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, um movimento multissetorial estabelecido para propor iniciativas e influenciar as políticas públicas que levam desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, criando empregos apropriados, incentivando a inovação, a competitividade global e gerando riqueza para a sociedade. Em conjunto com a ABIOVE, a Cargill atua para expandir o programa Soja Plus, que tem como foco a gestão ambiental e social da produção de soja no Brasil.

Assim como a ABIOVE, a Cargill acredita que a fiscalização integrada do governo, do Ibama, da Guarda Nacional e da Polícia Federal para punições adequadas e rígidas quanto ao desrespeito ao Código Florestal seja a ação mais adequada para proteger o bioma Cerrado. O Código Florestal é uma legislação específica, clara e rigorosa que controla outras atividades agrícolas, não só a soja, e que a Cargill apoia orientando seus fornecedores sobre as adequações necessárias para que cumpram todas as leis e incorporando novas tecnologias e procedimentos de compras e operacionais. Somente em 2016, a Cargill distribuiu mais de 2.000 banners para incentivar a execução do CAR em todas as associações de produtores e agências do Banco do Brasil no Estado do Mato Grosso, e distribuiu 5.000 manuais sobre a implementação do Código Florestal.

Em relação ao Cerrado, dada a complexidade da região, o GTS (Grupo de Trabalho da Soja) formou um subgrupo para discutir a melhor forma de endereçar os desafios ambientais deste bioma. Neste momento, acreditamos que o GTS é a melhor instância para se discutir o tema, dado que possui representantes mais importantes de setor, das ONGs, governo federal, consumidores e bancos públicos. Vale ressaltar que a Cargill avaliará e suspenderá negociações com fornecedores que estiverem violando nossa política florestal. Para isso, estabelece processos para monitoramento e verificação da evolução e identifica parceiros locais para ajudar a construir competências e credibilidade. Por meio de ações e trabalhando em conjunto com nossos clientes, iremos ajudá-los a alcançar seus próprios compromissos para a proteção de florestas até 2020.

Acesse os vídeos produzidos pela Cargill com orientações sobre o CAR: <https://www.youtube.com/watch?v=6hECLLN9WAw&t=2s>

1. **What is Cargill's position in Brazil about Mighty Earth's charges?**

Cargill remains committed to meeting our goals in the New York Declaration on Forests and in our own policies. We are proud of our history of combating deforestation as a demonstration of our purpose to be the leading company in nurturing the world in a safe, responsible and sustainable way. We are committed to find practical and scalable solutions recognizing that there will be difficult choices and trade-offs along the way. We recognize this is a long and complex journey, but we are partnering with clients, farmers, governments and civil society groups to face this challenge, which is not easy to solve and requires time and hard work in the field - farm by farm and hectare by hectare – for us to have a lasting impact and ensure social inclusion into the communities we operate.

We are continually evaluating the producers who supply soybeans to Cargill in the areas pointed by the recent Mighty Earth report published by The New York Times, and other media to make sure they are aligned with our commitments. On that basis, Cargill contests the presented data by the Mighty Earth report regarding the company's presence in the Brazilian Cerrado and the total numbers of deforestation in the region.

When we talk about Bolivia, we need to understand some specific characteristics of this country. The Bolivian government has drawn up a development plan for 2025 called the "2025 Patriotic Agenda," which defines agricultural expansion in order to triple the production. The plan is based on 13 pillars including, among others, the extreme poverty eradication, productive sovereignty, sovereignty of natural resources in balance with land borders and food security. Today, Bolivia does not have enough production to meet its domestic demand, and has to import basic products such as corn and wheat. Once food security is a national priority, the food produced in the country cannot be exported before the domestic supply is taken care of. For this reason, exports only occur under government authorization, which has very strict regulations land use and ownership in the country.

This development plan also incorporates restrictive land use laws, including clearly defined areas of expansion where agriculture can be developed, as well as a forest protection law (Forest Law No. 1700 of July 12, 1996; Bolivarian Law No. 337, dated January 11, 2013), which manages deforestation to meet the country's development plans. Today, more than 95% of the country's territory is covered by original forests, of which 69% is protected by law, and 31% are designated as potential areas for agricultural expansion. From this last part mentioned, 72% are still original forests and 28% have been deforested for other uses. Source: INESAD - Funded by Think Tank Initiative and Danish International Development Agency (DANIDA)

The Santa Cruz province, a region analyzed by Mighty Earth, is fundamental to Bolivia's Gross Domestic Product and accounts for 28% of GDP, 25% of national exports and 90% of the country's agricultural exports. About 75% of the region's producers are small or medium-scale farmers and most agricultural production is based on small indigenous populations or menonitas with 30-50 hectare properties. Considering most rural Bolivian properties have forest areas and most of the agricultural production does not take place in the Bolivian Amazon, but in the Chiquitano and Chaco biomes.

For more information, visit www.cargill.com/forests, the reports regarding the deforestation ending (Relatório Cargill de 2017 sobre Florestas) and the protection of human and labor rights (Declaração sobre Direitos Humanos).

1. **What are Cargill's actions for the preservation of Cerrado?**

In 2015, one year after signing the New York Declaration on Forests (NYDF), Cargill launched its Policy on Forests, formalizing its commitment to protect the world's most biodiverse areas and committing on reducing deforestation in its agricultural production chain in half by 2020 and completely end it by 2030. The Policy establishes the law to be 100% obeyed in each place where the productive chain operate. In addition, the family farming to be stimulated, environmental principles to be always adopted in future company investments, that suppliers that do not comply with the principles of the Policy are suspended, and effective actions to be taken to protect the forests, supervised by the corporate areas and by the Cargill’s Sustainability Committee.

In Brazil, the second largest soybean producer in the world, the company works with more than 15,000 farmers and, since 2004, has been working to reduce deforestation in the Amazon biome. One of the main causes embraced in this period was the transparency in the data collection on grain origination. To this end, Cargill evaluated the Rural Environmental Registry (CAR) of more than 12,000 producers related to the soybean production chain and concluded that more than 60% already submitted their registrations even before the legal deadline, but the company works to ensure this number covers all its suppliers. To achieve this goal, Cargill has trained 300 employees to evaluate and encourage the implementation of CAR in the chain; developed and distributed 20,000 leaflets to educate farmers about the registration and signed a cooperation agreement with the Ministry of the Environment in support of CAR implementation.

The company advocates for the implementation of the Brazilian Forest Code Program through the CAR, which is due to come into force in December 2017. In addition to participate of the Brazilian Coalition of Climate, Forests and Agriculture, a multisector movement established to propose initiatives and influence public policies which lead to the development of a low-carbon economy, creating appropriate jobs, fostering innovation, global competitiveness and generating wealth for society. In association to ABIOVE, Cargill is working to expand the Soja Plus Program, which focuses on the environmental and social management of soybean production in Brazil.

Like ABIOVE, Cargill believes the integrated supervision from the government, Ibama, the National Guard and the Federal Police for adequate and rigid penalties for non-compliance with the Forest Code is the most appropriate action to protect the Cerrado biome. The Forest Code is a specific, clear and rigorous legislation that controls other agricultural activities, not only soy, and which Cargill supports by advising its suppliers on the necessary adequacy to comply with all laws and incorporating new purchasing and operational technologies and procedures. Only in 2016, Cargill distributed more than 2,000 banners to encourage the implementation of CAR in all Banco do Brasil's agencies in the Associations of Mato Grosso State, and distributed 5,000 manuals about the Forest Code implementation.

Regarding the Cerrado, given the complexity of the region, the GTS (Soybean Working Group) formed a subgroup to discuss how best address the environmental challenges of this biome. At this time, we believe GTS is the best place to discuss the issue, since it has the most important representatives from industry, NGOs, federal government, consumers and public banks. It is worth highlighting Cargill will evaluate and suspend negotiations with suppliers that are violating our forest policy. To this end, it establishes processes for monitoring and verifying developments and identifies local partners to help build competencies and credibility. Through actions and working together with our customers, we will help them achieve their own commitments to protect forests by 2020.

Access the videos produced by Cargill about CAR:

<https://www.youtube.com/watch?v=6hECLLN9WAw&t=2s>